

A América Latina ante duas políticas de esquerda

Publicação: [O Mundo em Português Nº 64](#)

Data de Publicação: Maio/Junho 2007

Autor: Renato Janine Ribeiro

Embora as últimas eleições no subcontinente latino-americano, e sobretudo na América do Sul, tenham consagrado líderes de esquerda, seus governos não desenvolvem uma política comum no plano interno nem no externo. No prefácio a um livro recente, Hugo Chávez sem uniforme¹, já disponível em português, Teodoro Petkoff – brilhante político venezuelano, crítico acerbo de Chávez – distingue uma esquerda responsável, pós-comunista (Lula, a chilena Bachelet), e uma autoritária, conservadora, estatista (Chávez, o boliviano Evo Morales, Fidel Castro, talvez o argentino Kirchner). Petkoff tem razão em ver essa diferença, mesmo que se discutam seus adjectivos.

Ela gera duas políticas externas importantes na região, ambas inspiradas na esquerda mas bem diferentes. Por um lado, Chávez usa o dinheiro do petróleo – que ele ajudou a elevar de preço – para subsidiar outros países ou povos, como a Nicarágua, a Argentina e até alguns bairros do Harlem. Também dá conselhos, como a Morales, para aumentar o preço do gás que vende ao Brasil, o que colocou Lula, à véspera de sua reeleição, em posição delicada. Por outro lado, o Brasil adota uma política à esquerda da de Fernando Henrique Cardoso, mas moderada. Preserva as relações com Washington. Lula tem até mesmo uma química melhor com Bush do que Cardoso. Se a direita brasileira fala em «anti-americanismo» no governo Lula, não é assim que os norte-americanos percebem sua política externa. A novidade de Lula foi sua ênfase Sul-Sul, empenhando-se, com sucesso variável, em atar ligações mais fortes com a Índia, a China e a África do Sul, os países mais importantes do hemisfério Sul.

Na América Latina, não há hoje uma política de direita, liberal ou conservadora, disputando a hegemonia. Dos possíveis líderes mais à direita, Uribe está ocupado com os problemas internos da Colômbia e Felipe Calderón tem contra si não só o problema da fraude nas eleições mexicanas como o fracasso de seu antecessor Fox na construção de uma alternativa pró-americana, que não trouxe frutos positivos nem para os chicanos ilegais. É a primeira vez que a direita não dirige a política internacional latino-americana. Estamos longe do primado de Salinas, no México, e de Menem, na

Argentina. Mas nem por isso há uma política comum de esquerda. A divisão Lula-Chávez só não causa maiores problemas porque nenhum deles deseja uma ruptura. Mesmo assim, Chávez apoia a Bolívia, e talvez em breve o Paraguai, na demanda para que o Brasil pague preços de mercado pela energia que lhes compra, o que trará problemas a Lula.

Vejamos a receita Chávez. Ela, seguida literalmente por Morales e agora por Rafael Correa no Equador, consiste em começar convocando uma assembleia constituinte para refundar o país. Mas, na Bolívia isso não está funcionando, embora Morales seja o primeiro presidente, em décadas, a ter sido eleito realmente pelo povo, com maioria absoluta no primeiro turno. (Quando esta não é atingida, em vez de haver um segundo turno popular, é o Congresso que escolhe qualquer um dos três mais votados, o que lhe confere um déficit de legitimidade). O problema é que Morales não conseguiu os dois terços da Constituinte necessários para aprovar uma nova Carta só com seus partidários, e enfrenta o pendor quase separatista dos departamentos mais ricos do País, que elegeram governadores de direita.

O segundo ponto da receita Chávez é a elevação dos preços dos combustíveis que o país em questão exporta, dado que são pobres os povos, salvo o norte-americano e o russo, de cujo território se extraem petróleo e derivados. Daí, aliás, que Chávez seja o primeiro governante de esquerda com dinheiro. Lenine, Mao, Ho Chi Minh, Fidel conquistaram o poder em países pobres ou miseráveis, e muitas vezes precisamente por serem pobres ou miseráveis. O dinheiro favorece Chávez.

O curioso é que, pesem as enormes diferenças de Chávez e Lula (dixit Donna Hrinak, antiga embaixadora dos EUA em Caracas e em Brasília: Chávez é um militar, acostumado a tratar o outro como inimigo; Lula é um democrata, sindicalista que se acostumou a negociar com o outro lado), suas oposições os tratem de maneira parecida. A campanha dos media contra Chávez foi assustadora, levando ao que talvez tenha sido o último golpe clássico do continente, desses que somam a imprensa, a oligarquia, o cardeal e a embaixada norte-americana (já sem Hrinak), em 2002. Também foi Chávez o primeiro governante da região, em quinze anos, dos que foram bombardeados pela oposição, a escapar da destituição – e isso porque a pendência foi decidida em plebiscito, isto é, pelo povo, e não pelas ruas. Certamente isso ajudou Lula, também atacado a tal ponto que a certa altura pareceu que perderia a reeleição ou a governabilidade.

Os media brasileiros atacam Lula como se tivesse o radicalismo de Chávez. Mas ele tem uma notável moderação em sua política – interna e externa. Houve uma integração

do sertão nordestino na sociedade brasileira, marcada pelo acesso à luz, à água tratada, ao mercado, que desmontou o poder dos «coronéis» da região ao mesmo tempo em que se fazia por critérios objectivos, favorecidos pela informática, que neutralizam o aproveitamento partidário desses auxílios (o Bolsa-Família). A conquista dos corações dos pobres não-organizados, antes eleitores cativos da direita, decidiu sua reeleição. Enquanto a classe média vinha a odiá-lo e, contra toda evidência científica, acusava os pobres de amorais por só votarem com o bolso (os pobres pensariam em seus interesses, os ricos e remediados nos valores morais), os excluídos se viram mais incluídos. Isso não é tão diferente de Chávez que, aliás, também é acusado de seguir políticas paliativas e de não promover uma mudança radical na estrutura produtiva de seu país. Mas talvez hoje não seja viável uma mudança rápida na matriz produtiva: uma revolução à cubana não está na ordem do dia (paradoxalmente, Cuba só mudou de matriz, escapando da monocultura canavieira, ao voltar a investir no dinheiro dos turistas estrangeiros). No fundo, nenhuma das duas políticas de esquerda é tão radical quanto se diz, mesmo que Bush hostilize o governo da Venezuela.

Para completar, na inexistência de uma política externa de direita disputando a hegemonia e na falta de uma política comum de esquerda, sente-se uma convicção crescente de que a injustiça social é intolerável (ponto que parece irreversível) e de que hoje caberia às esquerdas enfrentá-la, dado que a direita só a agravou ou tolerou (ponto, esse, reversível, conforme os resultados a que se chegar). É possível ainda que os governos agora eleitos estejam vacinados contra as tentativas de destituí-los (Collor, Carlos Andres Pérez, De la Rúa, Fujimori, vários equatorianos), desde que o plebiscito venezuelano e a reeleição de Lula devolveram ao eleitorado a decisão final a respeito, que tinha sido apropriada pelos media, pelos legislativos ou pela rua.

Isso gera certa calma na região. Mesmo as tendências separatistas da direita boliviana dificilmente encontrarão reconhecimento nos países vizinhos. Não estamos diante de uma disputa em que o winner takes all. Nosso melhor cenário será se em nossos países, de graus variáveis de pobreza, se consolidarem reformas que ponham fim à miséria. É difícil fazer isso sem a esquerda no governo, mas tampouco é fácil com ela, e sem dúvida milita nessa direcção o facto de que, contra as esperanças do Itamaraty, a liderança «moral» da esquerda latino-americana esteja mais para Chávez do que para Lula. Contudo, é muito positivo forças políticas novas, como o PT de apenas vinte anos ou os partidos ainda mais novos de Chávez e Morales, assumirem o governo: dá experiência, modera, ao mesmo tempo que realiza pelo menos parte das políticas prometidas. Nada augura, para o subcontinente, um futuro próximo conflituoso.